
CRESCIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Eleutério F.S. Prado*

INTRODUÇÃO

Nos primeiros lustros após a 2ª Guerra Mundial, economistas e outros cientistas sociais e políticos não costumavam, em geral, ver os problemas da concentração da renda e da pobreza nos países subdesenvolvidos de uma maneira pessimista, ainda que percebessem a intensidade do primeiro e a extensão do último. Ao contrário, havia a crença bastante difundida, nas mais variadas tendências de pensamento, de que o rápido crescimento econômico, via o acentuar da industrialização, melhoraria as condições de vida de todos. Essa idéia, uma das mais nítidas expressões da ideologia desenvolvimentista, embotava a consciência social crítica e fazia crer que aqueles problemas seriam resolvidos, pouco a pouco, com o desenvolvimento.

Porém, a meio da década dos 60, essa crença começou a tornar-se insustentável, à medida que se constatava, de forma iniludível, que a industrialização freqüentemente agravava, em vez de amenizar, os problemas distributivos e emprego, pouco fazendo para reduzir a dramática dimensão da pobreza absoluta nes-

ses países. A experiência brasileira das duas últimas décadas pode ser citada, sem sombra de dúvida, como um exemplo bastante expressivo desta constatação.

Neste trabalho pretende-se, nos quadros da teoria econômica clássica, apresentar uma moldura analítica com a qual se possa entender as relações entre o crescimento econômico, a pobreza absoluta e a distribuição da renda na história recente dos países subdesenvolvidos. Procura-se mostrar de que forma o processo de industrialização nas economias dependentes, visto como expressão máxima do desenvolvimento do sistema capitalista em escala global, provocou um aumento da concentração da renda em muitos países, além de ter sido incapaz de reduzir, significativamente, as margens de pobreza absoluta, apesar da elevação, substancial em alguns casos, da renda per capita.

Para atingir tal objetivo, procura-se em primeiro lugar definir a pobreza por meio do conceito ricardiano de mínimo de subsistência ou custo de reprodução da força de trabalho, e assim, logo em seguida, discutir as causas da diferenciação espacial, funcional e histórica deste mínimo. Na seção seguinte, após serem revistas, brevemente, as raízes históricas do

* Da Universidade de São Paulo e FIEPE.

desenvolvimento dependente, passa-se a analisar o impacto da industrialização por substituição de importações na concentração da renda e no grau de marginalidade econômica, o cerne da análise consiste na verificação do modo pelo qual este processo de crescimento atua na diferenciação do custo de reprodução referido e na escala de rendimentos. Busca-se a seguir, dar aos argumentos uma forma gráfica, pela interpretação, num sistema cartesiano, do índice de Sen (Sen, 1976), o que ilustrará as demonstrações deste trabalho, baseada no caso concreto da Região Nordeste do Brasil.

POBREZA E MÍNIMO DE SUBSISTÊNCIA

Ricardo diferenciava preço natural de preço de mercado do trabalho. "Preço natural do trabalho — dizia ele — é aquele preço que é necessário para permitir que os trabalhadores, em geral, sobrevivam e se reproduzam sem o seu número aumentar ou diminuir" E "preço de mercado do trabalho é o preço realmente pago por ele com base na relação natural entre a oferta e a procura" (Ricardo, 1951, p. 92). Ainda que Ricardo considerasse haver uma tendência de o último ajustar-se ao primeiro, admitia que um deles pode afastar-se do outro, acima ou abaixo, conforme o crescimento relativo do emprego em relação ao da população. Se o aumento deste supera a criação de novos postos de trabalho, o preço de mercado situa-se abaixo do preço natural e "a condição dos trabalhadores torna-se miserável: a pobreza priva-os, então, do conforto que os hábitos antigos tornaram necessários" (Ricardo, 1951, p. 94).

Poder-se-ia depreender desse ponto que Ricardo entende o preço natural do trabalho como dado pelo mínimo de sobrevivência, conceito associado à existência fisiológica do ser humano. Na verdade, porém, ele mostra ter em mente um conceito diferente quando se refere ao caráter social e histórico deste mínimo. Considerando que o preço natural do trabalho não é absolutamente fixo e constante, afirma que "num mesmo país ele varia no tempo e difere acentuadamente de um país para outro. Depende essencialmente dos usos e costumes do povo" (Ricardo, 1951, p. 96-

97). Este outro conceito, que parece permear verdadeiramente toda a análise de Ricardo, costuma ser referido como mínimo de subsistência.

Com base em Ricardo mas fugindo do sentido usual e mais amplo da palavra, define-se pobreza, neste trabalho, como vida em condições inferiores ao mínimo de subsistência, ou seja, como situação econômica de grupos de famílias cujos membros operantes não recebem remuneração suficiente para atender aos requisitos em bens e serviços essenciais à existência social de família como um todo e para continuarem a existir como unidade plenamente ativa no mercado de trabalho⁽¹⁾ Equivale, portanto, à capacidade da família de reproduzir permanentemente sua participação na força de trabalho, sempre nas mesmas condições. As vantagens deste procedimento são pelo menos duas: passa-se a discutir o assunto pobreza com base nas necessidades concretas e objetivas da reprodução da força de trabalho em situações socialmente determinadas e perfaz-se a análise do problema dentro de um enfoque que vai direto às causas do fenômeno, localizadas nas formas do processo de acumulação de capital.

Em prosseguimento torna-se necessário investigar o que determina o mínimo de subsistência. Para responder a tal questão é preciso observar, de início, que a cada forma de organização social de produção (empresa ou conjunto de empresas), caracterizada por uma tecnologia e certas relações sociais e econômicas (internas e externas), corresponde uma força de trabalho não homogênea, ou seja, uma estrutura complexa de capacidades produtivas. E assim como as formas de produção se diferenciam no espaço geográfico e historicamente, o mesmo ocorre com a força de trabalho. O processo de crescimento, ao qual intimamente se associam a criação, a adoção e a difusão das inovações tecnológicas, cria, transforma e destrói as formas de produção, gerando constantes diferenciações na força de trabalho. Este não é, no entanto, o único resultado da acumulação de capital. O mesmo movimento que cria permanentemente novas

¹ Para uma justificativa mais ampla dessa definição, consultar Prado (Prado, 1980).

funções contém um processo de homogeneização da mão-de-obra; a divisão dos processos de trabalho, decorrente do alongamento do processo produtivo, à medida que simplifica as tarefas do ponto de vista do trabalhador individual, iguala-os quanto aos requisitos da qualificação.

Neste contexto, o custo de reprodução da força de trabalho (que se entende aqui como reprodução crescente) não é algo fortuito, mas determinado de modo fundamental, e em primeiro lugar, pelas formas de produção. Estas requerem uma gama específica de graus da capacitação intelectual, habilidade manual, disposição física etc. O complexo de formas de produção numa economia estabelece assim a composição funcional da força de trabalho. Mas, o preço natural do trabalho, como o chamava Ricardo, não depende apenas da base técnica da sociedade. Resulta também das relações sociais atuais e anteriores; o passado de lutas e conflitos de classe fixa, por exemplo, limites para a intensidade e a duração da jornada de trabalho. Como a geração da tecnologia e adoção das técnicas são afetadas pelo processo social, este influi no próprio desenvolvimento das formas de produção. E não apenas isto. Concomitante ao processo de diferenciação criado pela divisão social do trabalho, a própria vida social homogeneiza as necessidades das famílias, que se cristalizam, com o tempo, em hábitos e costumes. Mais do que isto, as formas de produção não apenas requerem certas qualificações da mão-de-obra mas em conjunto definem suas próprias formas de consumo e o custo dos bens e serviços consumidos (produtividades relativas, grau de monopólio etc).

Fica claro então, neste ponto, que o crescimento, consequência da acumulação de capital, cria funções novas tanto em virtude da elevação da complexidade da tecnologia e da organização como por meio da decomposição das tarefas complexas em outras mais simples, o que diferencia e homogeneiza funcionalmente a força de trabalho e, desta maneira, o seu custo de reprodução. Esse processo possui, evidentemente, projeções espaciais e dimensão histórica, como já se mencionou.

Como determinar concretamente as variáveis que definem o mínimo de subsistência? "Como materializar as relações entre o custo de reprodução e as formas de organização social?"⁽²⁾ Os seguintes fatores podem ser relacionados:

- a. Urbanização. Este fator aumenta as necessidades de transporte da família, eleva os custos da habitação, torna imprescindíveis certas formas de lazer etc;
- b. Diversificação dos hábitos. Aumentando a variedade de mercadorias produzidas e condicionando os hábitos de consumo, o processo de crescimento eleva as necessidades sociais e a variedade de bens adquiridos;
- c. "Complexização" das funções. À medida que as tarefas se tornam mais complexas, exige-se da mão-de-obra mais educação e treinamento formais, melhor estado nutricional e psicológico etc. As necessidades culturais elevam-se generalizadamente com este fator;
- d. Mercantilização do consumo. Ao crescimento associa-se, quase sempre, o aumento da proporção das necessidades satisfeitas via mercado;
- e. Alterações da taxa de atividade da família. Este fator inclui a duração da jornada de trabalho, o ritmo de trabalho, a participação ou não da mulher e/ou dos filhos na força de trabalho etc.

Como enfatizou Aydalot (Aydalot, 1979) são estes fatores nada mais do que expressão do alargamento das formas de produção capitalistas e desaparecimento progressivo das formas pré-capitalistas. Ocorre neste processo, importa enfatizar, o aumento progressivo do custo de reprodução da força de trabalho.

Para cumprir os objetivos mencionados na introdução, seria preciso, agora, analisar o impacto e as consequências da industrialização por substituição de importações na diferenciação da força de trabalho nos países subdesenvolvidos. Antes disto, preparando o terreno para uma resposta mais completa, deve-se investigar as raízes históricas do desenvolvimento dependente.

² A sistematização de fatores apresentada segue, com diversas modificações, aquela apresentada por Aydalot (Aydalot, 1979).

INDUSTRIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Nos países subdesenvolvidos supõe-se, em geral, que do mercado de trabalho ou salários da mão-de-obra desqualificada permaneçam permanentemente abaixo do mínimo de subsistência em virtude da existência de desemprego estrutural, isto é, de uma massa excedente de força de trabalho que permanece, aconteça o que acontecer nos ciclos conjunturais, desempregada ou subempregada. É investigando a origem e a dimensão desta massa excedente que se pode encontrar a origem da pobreza e se pode caminhar no entendimento do alto grau de concentração da renda observado nesses países.

Especialmente a pobreza, como fenômeno generalizado, não é casual nos países subdesenvolvidos, mas sim inerente às formas de desenvolvimento dependente. Trata-se da consequência necessária do processo de especialização internacional, pelo qual economias atrasadas tecnologicamente se integraram e se estão integrando, pouco a pouco, com a evolução do sistema capitalista, às economias líderes da revolução industrial. Neste processo, trilharam-se dois caminhos sucessivos de expansão econômica, com profundas implicações na moldagem das características do subdesenvolvimento, em particular na formação do mercado de trabalho desses países.

O primeiro deles foi orientar a economia dos países subdesenvolvidos em direção às atividades exportadoras, decorrência do domínio colonial a que foram submetidos desde os primórdios da expansão européia. Em virtude da patente superioridade dos processos produtivos no centro do sistema, em todos os ramos, não restou às regiões colonizadas outra possibilidade que não a de aproveitarem suas vantagens naturais e especializarem-se na produção de bens primários, com vistas aos mercados metropolitanos. Esta extroversão do modelo de desenvolvimento dependente, este voltar-se para os mercados externos, que constitui sua essência, não foram radicalmente modificados pelo segundo caminho de expansão econômica que se sobrepôs ao primeiro, a industrialização por substituição de importa-

ções. Em virtude de advir e compulsionar-se pela necessidade constantemente respondida de satisfazer a demanda preexistente, este processo não revoluciona, ainda que altere seu nível de produtividade, o modelo do qual se origina; perpetua, ao contrário, ainda que alterando as formas, a articulação prevalecente entre os sistemas produtivos centrais e periféricos. Assim, a produção industrial inicia-se pelos ramos leves de consumo final, passa depois aos intermediários e só nas últimas fases, eventualmente nos grandes países, chega aos bens de capital; mantém-se sempre, neste percurso, o caráter complementar subordinado das economias subdesenvolvidas. Não exatamente em virtude da exigüidade do mercado, não por constituir-se em um processo de industrialização confinado e autônomo em relação ao resto do sistema — ao contrário, apresenta-se, em geral, abrangente e integrado. De fato, as raízes da dependência situam-se no próprio modo de articulação dos sistemas produtivos, nas formas assumidas pela especialização internacional e relações de troca entre os países com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e estrutura industrial.

A estrutura econômica dos países subdesenvolvidos formou-se historicamente para fornecer produtos primários aos mercados das nações centrais. Consequência disto, foi a formação de uma estrutura concentrada de propriedade, com predomínio de grandes unidades nas culturas de exportação, mais dinâmicas e altamente rentáveis, para as quais se dirigiu sempre o grosso dos recursos financeiros e humanos. Como contrapartida do predomínio do setor exportador na agricultura as atividades de mercado interno sempre tiveram e têm importância secundária. Predomina aí a agricultura comercial de baixa produtividade, pouco lucrativa e, inclusive, formas de produção em pequenas propriedades, quase de subsistência. Essas atividades econômicas marginais, em virtude de seu baixo rendimento, abrigam uma verdadeira reserva de mão-de-obra de onde fluem trabalhadores para os mercados de trabalho rurais e urbanos — migrantes involuntários, em geral expulsos do campo. Essa reserva reduz o poder de barganha dos trabalhadores já inseridos no setor capitalista do sistema e exerce, assim, uma permanente

pressão para baixo nos salários da força de trabalho; por isto, o padrão de distribuição da renda resulta também, necessariamente, concentrado. De outro lado, o processo de industrialização por substituição de importações caracterizou-se pela produção de bens sofisticados e com tecnologia importada, de alta produtividade para mercados não muito amplos, criados justamente pelo padrão de demanda característico das desigualdades de renda prevalentes. Em consequência, a absorção de mão-de-obra pelo setor secundário não foi, em geral, suficientemente grande. Mais do que isso, o próprio processo de industrialização, ao destruir as atividades artesanais, liberou algumas vezes mais mão-de-obra do que criou e reproduziu as condições de um mercado com oferta abundante de trabalho, com o que se mantiveram os salários num baixo nível. Esta situação levou, em geral, à hipertrofia do setor terciário e do secundário marginal, com proliferação de ocupações mal remuneradas e empregos incertos e temporários. A própria administração pública cresceu desmesuradamente. Importa observar que, em virtude do permanente excesso de oferta de trabalho, criaram-se, no processo de desenvolvimento desses países, todas as condições para que os salários permanecessem, para as funções mais desqualificadas, abaixo do mínimo de subsistência.

Tratou-se, até agora, o impacto da industrialização subordinada no preço de mercado do trabalho. Neste esquema de análise, os salários são determinados pelas lutas sociais travadas pelos trabalhadores, não com objetivos abstratos mas, precisamente, contra a degradação de suas condições de existência e, pelos capitalistas, para reduzir o custo de produção. Se a oferta de trabalho se reduz substancialmente, os salários aproximam-se e mesmo ultrapassam o custo de reprodução da força de trabalho; o caso contrário é a situação prevalente na maioria dos países subdesenvolvidos para grandes parcelas da população. No entanto, a industrialização também afetou o "preço natural do trabalho" que permaneceu com um limite superior, poucas vezes atingido pela mão-de-obra desqualificada. Este último preço, como se viu e é preciso lembrar, é determinado basicamente pelo

complexo de formas sociais de produção e depende da oferta e da procura.

Observe-se, agora, que o processo de industrialização acima referido sobrepôs velozmente, em 50 anos, sobre uma base técnica bastante rudimentar, aquela que foi possível criar no período colonial, e até a Grande Depressão, toda uma série de safras de novas técnicas que se foram aprimorando, pouco a pouco, desde os primórdios da Revolução Industrial. Esta penetração tecnológica, em virtude da própria estrutura excludente da sociedade preexistente, não poderia atingir, ao mesmo tempo, a todas as camadas da sociedade. Vinha atender, simplesmente, à demanda das classes mais favorecidas, em virtude do colapso da capacidade de importar ocorrida nos países subdesenvolvidos, naquele momento, e que se manteve, em geral, nas décadas seguintes.

Dentro do tema deste artigo, interessa ressaltar que a introdução de novas formas de produção por meio deste processo de industrialização provocou uma rápida diferenciação funcional da força de trabalho⁽³⁾, criando camadas de trabalhadores de qualificações superiores e, portanto, relativamente, alto custo de reprodução. A "heterogeneidade estrutural" (Pinto, 1965) das economias subdesenvolvidas tem, portanto, duas dimensões intrinsecamente entrelaçadas: aquela das formas de produção (relações técnicas, sociais e econômicas) e a da força de trabalho. Quando se adiciona a este quadro que a oferta de trabalhadores desqualificados é abundante, mas que a oferta de mão-de-obra especializada é relativamente escassa, fica fácil entender os enormes diferenciais de salário observados nessas economias, as altas taxas de lucro e, assim, os elevados graus de concentração da renda.

Em resumo, agora, às conclusões desta e da seção anterior, tem-se duas consequências do processo de rápida industrialização e urbanização por que passaram os países subdesenvolvidos; como primeira, o mínimo de subsis-

³ É possível especular que, nos países desenvolvidos, o processo secular de diferenciação da força de trabalho pelas novas formas de produção tenha sido substancialmente compensado pelos processos simultâneos de homogeneização, antes referidos.

tência se elevou progressivamente e, como segunda, aumentou o grau de concentração da renda. Nestas circunstâncias, não é de espantar que a elevação da renda per capita correlata ao crescimento tenha sido incapaz de reduzir substancialmente os níveis de pobreza⁽⁴⁾.

INTERPRETAÇÃO GRÁFICA

Com a finalidade de apresentar os argumentos anteriores de uma maneira sintética e operacional — na próxima seção, esses argumentos serão ilustrados com evidências empíricas da região Nordeste do Brasil —, recorre-se aqui a um recurso gráfico. Para se poder avaliar o grau de pobreza de diversas sub-regiões do Nordeste, é necessário medir, de forma global, a insuficiência de capacidade econômica das famílias situadas em níveis abaixo das linhas de subsistência. Uma boa forma de fazê-lo é empregar o índice proposto por Sen (Sen, 1976). Este índice procura levar em consideração não apenas a porcentagem da população que se situa abaixo do mínimo de subsistência, ou seja, a proporção de pobres, mas também a deficiência média de poder de compra, ou, em outras palavras, a média de renda de que necessitariam os pobres para atingirem o nível mínimo, e a distribuição desse poder de compra entre os pobres. Seguindo a notação de Sen e sua apresentação, tem-se:

- n — a população total;
- z — o poder de compra correspondente ao mínimo de subsistência;
- q — o número de pessoas pobres (ou seja, cujo $y_i \leq z$);
- m — a renda média dos pobres;
- y_i — a renda da pessoa i .

Define-se, então, uma primeira medida da extensão da pobreza por meio da proporção dos pobres na população total:

⁴ Um estudo histórico e empírico do fenômeno talvez até aponte ter havido agravamento, em certos países, da dimensão da pobreza com o processo de crescimento baseado na industrialização por substituição de importações. No texto, por falta de comprovação desta hipótese, fica-se com uma proposição bem mais fraca.

$$H = \frac{q}{m}$$

medida esta insensível à distância em que se encontram os pobres do mínimo de subsistência.

Agora, considerando que $g_i = z - y_i$ mede a deficiência de poder de compra do indivíduo i em relação ao mínimo de subsistência, a deficiência agregada da mesma variável pode ser escrita na forma:

$$T = \sum_{i=1}^q g_i = q (z - m)$$

Note-se que T não leva em consideração o número de pessoas pobres, mas somente o déficit de poder de compra dessas pessoas em conjunto. A expressão pode ser, conforme mostrou o próprio Sen, facilmente normalizada para indicar a insuficiência em termos percentuais per capita, ou seja, a falta de renda, em média, de todos os pobres em relação à linha de subsistência. Assim:

$$I = \frac{T}{q z} = \frac{z - m}{z}$$

onde $q z$ significa o total de capacidade econômica que levaria todos os pobres à situação de mínimo.

As medidas T e I podem ser usadas como indicadores de pobreza, mas, como observou Sen, elas são insensíveis às diferenças relativas de poder de compra entre os pobres, isto é, independem do grau de concentração da renda e da riqueza prevalecente abaixo de z . Por isso, esse autor propôs um índice alternativo a esses dois que tanto os incorpora como incorpora uma medida de concentração. Com base na proporção de que uma distribuição de renda mais equânime é uma melhor distribuição de renda, construiu uma expressão que, implicitamente, atribui um peso maior às disponibilidades dos mais pobres, e tem por forma:

$$= H \{ I + (I - I) G \}$$

onde G é o coeficiente de Gini relativo à distribuição de renda entre os pobres. Para interpretar essa expressão é preciso decompô-la. Note-se que pode a mesma ser vista como a

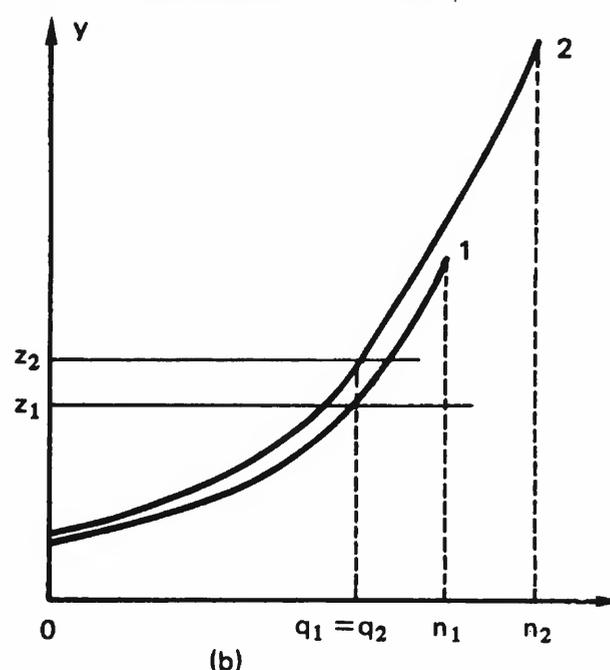
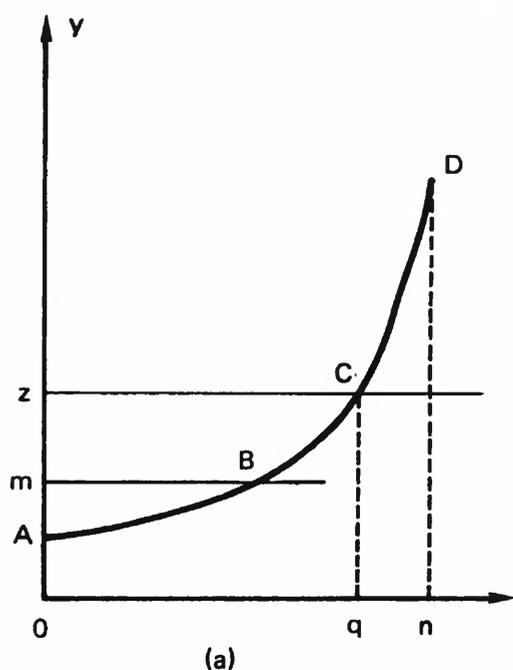
soma de duas parcelas, uma das quais pode ser escrita assim:

$$H.I = \frac{q}{n} \frac{z - m}{z} = \frac{T}{n z}$$

H.I expressa, portanto, a insuficiência de poder de compra dos pobres como fração da capacidade econômica total requerida para manter toda a população ao nível de subsistência. Esta parcela do índice leva em conta a proporção de pobres na população (H) e seu déficit médio de renda (I). Como contrapartida, pode-se inferir imediatamente que H (1-I) representa a relação existente entre o agregado de capacidade econômica efetiva dos pobres em relação à mesma base anterior, ou seja, a um montante que, distribuído igualitariamente, eliminaria a pobreza. Esse valor, na fórmula completa, aparece corrigido pelo índice de Gini, aplicado exclusivamente à fração pobre

da sociedade (G); seu papel é fazer a relação anterior depender também da distribuição de renda entre os pobres. Quanto maior P, maior o grau de pobreza; quanto menor G, melhor repartida está a renda entre os que não conseguem sequer viver ao nível de subsistência, e menor, portanto, o grau de pobreza na sociedade.

O índice de Sen presta-se facilmente a uma interpretação gráfica. Nas figuras abaixo mede-se, nos eixos horizontais, a população e, nos verticais, a renda pessoal. Em (a), ABCD é a curva que representa a distribuição da renda, zC é a linha de mínimo de subsistência que deve ser vista aqui com um significado de média em certa área geográfica⁽⁵⁾, e mB, a renda média dos pobres. Note-se, então, que $H = og/on$, $I = z - m/m$ e G é o coeficiente de Gini associado ao trecho ABC da curva de renda. Cada um desses índices espelha uma dimensão do fenômeno pobreza.



Pela figura (b), é possível ilustrar os argumentos das duas seções anteriores. As curvas de subíndice 1 e 2 refletem dois momentos do tempo separados por um período de rápido crescimento econômico aos padrões usuais acima mencionados. Sob as suposições de que a renda cresce (2 fica acima de 1) e população cresce (n_2 fica à direita de n_1), muitas situações diferentes poderiam ser retratadas; escolheu-se mostrar apenas uma delas. Em (b), a elevação geral das rendas transforma 1 em 2; o aumento da concentração da renda entre

esses momentos aparece representado por uma maior concavidade da curva 2; o efeito combinado da maior urbanização, da mercantilização do consumo, da diferenciação funcional etc., desloca o mínimo de subsistência para cima; a resultante final dos três efeitos (medida pela variação de P) é difícil precisar graficamente, mas pode-se notar, pelo menos,

5 Conceber o mínimo de subsistência como uma linha é uma simplificação pictórica; vê-la em termos médios, uma simplificação empírica.

que a pobreza absoluta (q) permaneceu constante, sua extensão relativa (H) se reduziu e que I e G se elevaram de uma situação a outra. Alguma coisa semelhante a isso, talvez algo melhor ou talvez algo pior, é o que ocorre nas condições de industrialização por substituição de importações nos países subdesenvolvidos.

O CASO DO NORDESTE BRASILEIRO

Para ilustrar o impacto dessa forma de expansão de capital na concentração da renda e no grau de pobreza em países subdesenvolvidos, apresentam-se abaixo alguns resultados finais de uma pesquisa empírica realizada na região mais pobre do Brasil (Prado e Macedo, 1980). Nesse trabalho, o Nordeste brasileiro foi subdividido em 9 sub-regiões, segundo certos critérios geográficos, sociais e econômicos. Estimaram-se mínimos de subsistência e mensurou-se a pobreza com o índice de Sen em cada uma delas; usou-se para isso dados do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) (IBGE, 1979), para o ano de 1974. Como indicador do poder de compra da família tomou-se, em vez da renda, o gasto per capita da família, que incluía o dispêndio monetário, o consumo próprio, os pagamentos em espécie (valorados a preços do mercado local) e o aluguel (real ou, no caso de casa própria, estimado). O mínimo de subsistência foi calculado em duas etapas; na primeira, o dispêndio necessário em alimentação foi obtido sob critérios nutricionais e, na segunda, encontrou-se o dispêndio total por meio da distribuição dos gastos observados em cada sub-região, entre alimentação e itens não alimentares.

Dispondo das distribuições da despesa per capita por sub-região e os mínimos de subsistência, obtiveram-se os índices H, G, I e P da tabela a seguir. A primeira coluna mostra, em termos absolutos, a população pobre, enquanto as duas penúltimas apresentam, respectivamente, um índice de urbanização U e o coeficiente de Gini G_T da distribuição total. Trata-se U de um indicador rudimentar do grau de urbanização, o qual foi construído pela divisão da população urbana pela população total, em cada sub-região. Já na última coluna, mos-

tra-se um índice Y do poder de compra per capita; calculou-se Y simplesmente por meio da relação entre a despesa per capita da sub-região e a despesa per capita da região Nordeste como um todo.

Antes de passar-se à análise desses dados, urge mencionar algumas qualificações. Os resultados devem ser vistos com cuidado, já que, como é inerente aos trabalhos empíricos, só foi possível obtê-los após uma série de simplificações. Cumpre advertir que, tratando-se de indícios atemporais, captam apenas parcialmente os fenômenos da diferenciação funcional e mesmo da espacial. Além disso, a estratificação por áreas geográficas confunde o impacto da industrialização na diferenciação das formas de produção com outros fenômenos, como, por exemplo, o da burocratização progressiva das cidades. A correspondência, portanto, entre o que se mostra e o que se quer mostrar não é perfeita.

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO

	H	I	G	P	G_T	Y
U	-0,82	-0,10	-0,07	-0,83	0,85	0,91

O índice H, que mostra a proporção de pobres na população total, oscila entre 0,40 e 0,65, indicando que cerca de 60% dos habitantes da região vivem em situação abaixo das condições mínimas de subsistência. Pode-se observar que a dimensão da pobreza é especialmente grave nas áreas rurais, mas não deixa de ser bastante profunda nas áreas metropolitanas. Veja-se também que H é a parcela mais significativa na explicação de P; sua variabilidade é bem mais acentuada do que a de G e, especialmente, do que a de I. Este último índice, aliás, não apresenta qualquer regularidade.

O quadro de coeficientes de correlação (r) acima mostra o impacto da forma de crescimento dos países subdesenvolvidos nas duas variáveis analisadas. Em primeiro lugar, como parece normal, a um maior grau de urbanização associam-se níveis mais altos de renda e riqueza médias ($r(U, Y) = 0,91$). Por outro

lado, o valor de $r(U, G_T) = 0,85$ indica que a concentração do poder de compra se correlaciona positivamente com o grau de urbanização, fato bastante consistente com o que foi sugerido anteriormente. Além disso, apesar de

o indicador de renda elevar-se bastante conforme aumenta o grau de urbanização da sub-região, a dimensão da pobreza parece não se reduzir substancialmente, o que, de certa maneira, comprova a principal tese deste artigo.

ÍNDICES DA DIMENSÃO SUB-REGIONAL DE POBREZA NO NORDESTE

Sub-Região	Nº de pobres	H	I	G	P	U	G_T	Y
Fronteira Ocidental e M. Norte	3.495	0,63	0,35	0,29	0,33	0,27	0,48	0,75
Fortaleza	606	0,51	0,37	0,29	0,28	0,85	0,60	1,52
Ceará e Oeste Potiguar	2.815	0,64	0,36	0,28	0,33	0,29	0,48	0,70
Região Semi-árida	1.921	0,56	0,35	0,26	0,28	0,44	0,50	0,73
Agreste Ocidental	1.756	0,62	0,35	0,23	0,30	0,32	0,46	0,74
Recife	811	0,41	0,33	0,27	0,20	0,96	0,61	2,05
Litoral e Mata Ocidental	1.511	0,52	0,37	0,31	0,29	0,48	0,57	0,97
Salvador	573	0,42	0,36	0,30	0,23	0,92	0,65	2,80
Bahia e Baixo S. Francisco	4.383	0,64	0,41	0,34	0,39	0,36	0,58	0,89
Nordeste	17.663	0,58	0,36	0,31	0,31	0,42	0,58	1,00

Nota: H – índice da extensão da pobreza; I – índice de insuficiência de poder de compra; G – coeficiente de Gini associado à distribuição do poder de compra entre os pobres; P – índice de Sen; U – índice de urbanização; e G_T – coeficiente de Gini da distribuição total; y – índice do poder de compra per capita.

FONTE: ENDEF IBGE; ano: 1974/75.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYDALOT, Philippe. *Contribution a L'Analyse de la Division Spatiale du Travail*. Paris: Université de Paris I. Mimeo, 1979.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estudo Nacional da Despesa Familiar. Rio de Janeiro, 1979.
- PINTO, Aníbal. Concentración del Progreso Técnico e de sus Frutos en el Desarrollo Latino Americano. *El Trimestre Económico*, 32 (125): 3-19, 1965.
- PRADO, Eleutério F.S. *Sobre as Causas e a Mensuração da Pobreza*, São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Mimeo, 1980.
- PRADO, E.F.S. e MACEDO, R.B.M. *Dimensão Regional da Pobreza: Um Reexame do Problema no Nordeste Brasileiro*. São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Mimeo, 1980.
- RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Cambridge, ed P. Sraffa, Cambridge University Press, 1951.
- SEN, Amartya. Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. *Econometrica*, 44(2): 219-231, 1976.